

# Trabalho e família: repercussões das transformações sociais nas relações humanas

*Claudina Damascena Ozório*

***Work and Family: repercussions of social transformations in human relationships***

## **Resumo**

Tendo em vista as mudanças ocorridas no casamento e na família ao longo do tempo, sobretudo em relação à figura feminina, sua busca por emancipação e espaço no mercado de trabalho, este artigo visa abordar algumas dessas mudanças, ressaltando as crenças e desejos subjacentes que envolvem as relações familiares, vida doméstica e trabalho, articulando com resultados de outros estudos sobre trabalho, família e transformações sociais.

**Palavras-chaves:** Casamento; Relações Afetivo-Conjugais; Família; transformações sociais.

## **Abstract**

In light of the changes in marriage and family over time, with particular reference to the female figure, her quest for emancipation and space in the job market, this paper aims to address some of these changes, highlighting the underlying beliefs and desires, that involve family relationships, home life and work, linking with results of other studies on work, family and social transformations.

**Key Words:** Marriage – Work – Family – Marital Relationships – social transformations.

## **Introdução**

O presente trabalho se insere no conjunto de pesquisa que tenho desenvolvido ao longo do Mestrado em Psicologia Clínica, participação como membro do grupo de pesquisa sobre casamento e família na contemporaneidade realizada no Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Na literatura sobre casais e famílias na contemporaneidade podemos encontrar, frequentemente, com os temas vinculados aos conflitos conjugais e familiares, muitas vezes relacionados às dificuldades das mulheres em conciliarem as demandas da vida moderna, com sua jornada de trabalho por vezes desgastante, provocando inseguranças e instabilidade emocional nos membros familiares (Rocha-Coutinho, 2007). Observa-se, também, um crescente número de divórcios e recasamentos, somado às dificuldades dos sujeitos em lidar com as demandas emocionais advindas dessa nova situação (Levy & Gomes).

A família é uma das instituições sociais mais antigas, sendo o casamento um dos principais ritos de passagem para a sua constituição (McGoldrick, 1995). A família tradicional era marcada pela assimetria do poder entre homem e mulher, sendo uma relação díspar em que não havia convergência de vontades, com uma das partes (no caso o homem) detentora do poder e da autoridade. Havia então contrato tácito entre o homem e a mulher sobre esse modo de funcionamento conjugal e familiar. Além disso, o casamento na família tradicional era marcado pelos interesses das famílias de origem dos nubentes (Giddens, 1992). Para Levi-Strauss (1968), a condição necessária para a constituição da família era a sua existência prévia, ou seja, que para a união entre duas pessoas, no caso um homem e uma mulher, era necessário a existência de duas outras famílias capazes de fornecer um homem e a outra uma mulher, que possam se unir e formar uma terceira família. Nesse sentido, a proibição do incesto é necessária para a continuidade da família, permitindo assim a aliança entre famílias de núcleos diferentes. De acordo com Roudinesco (2002), “é então em função de unir um homem e uma mulher, isto é, um ser de sexo masculino e outro de sexo feminino, que a família é um fenômeno universal que supõe uma aliança de um lado (o casamento) e uma filiação do outro (os filhos)” (p.14). Desse modo, tanto um quanto o outro membro do casal traz costumes, crenças e atitudes herdadas das gerações anteriores, além dos aspectos sociais e culturais de cada um. Assim, os modos como os pais se relacionam com o trabalho poderão ser transmitidos para os filhos, se mantendo ou sendo ressignificados.

O modelo tradicional de família, com “mãe do lar” e pai provedor, sendo o principal responsável pelo sustento de todos, poderá se manter ou modificar, sendo afetados pelas transformações sociais da contemporaneidade. Desse modo, o lugar social do homem e da mulher influencia nos modos como se dão as relações no âmbito familiar. Os papéis de gênero estabelecidos na família patriarcal sofreram influências das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a invenção dos métodos contraceptivos. Tais fatos possibilitaram à mulher escolhas antes impensadas, afetando também a vida do homem, com necessidade de ambos se adaptarem à nova realidade.

### ***Ontem e hoje: da família tradicional aos modelos atuais***

Na sociedade ocidental, o conceito de família tem se ampliado, a família já não é mais a mesma e o modelo tradicional, de configuração casada e heteronormativo tem sido cada vez mais questionado, abrindo espaço para as múltiplas configurações. O casamento também tem sido questionado, com a busca cada vez maior das mulheres por igualdade de direitos, espaço no mercado de trabalho e por compartilhamento de tarefas no âmbito doméstico. Se antes o enlace matrimonial ocorria por um contrato entre as famílias, atualmente é uma escolha individual e autônoma, sendo um contrato entre os cônjuges, tendo a família de origem cada vez menos interferência na escolha. Outro aspecto dessa mudança é a circulação dos afetos no ambiente conjugal e entre os membros familiares. Nesse sentido, a família tornou-se lugar de apoio emocional e acolhimento das mais diversas demandas de seus membros. Os pais enquanto arquitetos da família, devem ser promotores de saúde emocional e propiciadores de conforto emocional, fonte de apoio e cuidado com a prole. Nesse lugar tornam-se igualmente responsáveis pela educação dos filhos.

Com base nisso, podemos perceber que a família e o casamento têm passado por inúmeras transformações ao longo do tempo, tanto em relação ao modo como circulam os afetos no ambiente familiar, quanto em relação à sua configuração e modos de vinculação. Devido às mudanças sociais e a depender do momento histórico-cultural, podemos então falar em casamentos, pois os aspectos socioculturais de cada sociedade influenciam nas formas como se dão os contratos nupciais. Nesse sentido, a ordem social de tradição patriarcal presente na família de outrora tem se modificado e a família tradicional de configuração casada, com “Mãe do lar” e pai provedor, caracterizada pelos papéis de gênero e lugares mais fixos de

homem e mulher no âmbito familiar tem se reformulado, emergindo maior igualdade entre os cônjuges e relações mais horizontais entre pais e filhos. Com isso, “os significados circulantes sobre gênero, herdados do passado, assentam numa simbólica divisão do mundo em masculino e feminino, constituindo-se esta numa dicotomia fundamental e princípio classificatório” (Vale de Almeida, 1996, p. 162). Desse modo recai sobre homens e mulheres expectativas em relação às posturas que devem ter diante da sociedade, da família, dos grupos etc. Tais expectativas foram construídas sócio culturalmente ao longo do tempo. Porém, os papéis de gênero, que durante muito tempo organizavam as relações familiares, têm sofrido mudanças e da dicotomia masculino / feminino atribuídos às diversas atividades no âmbito familiar emerge a complexidade que envolve as identidades e comportamentos de cada sujeito.

Uma das mudanças, referente ao modelo de família tradicional, foi o papel da mulher, sobretudo, com a sua entrada no mercado de trabalho, somado à busca cada vez mais por profissionalização. Porém, o trabalho possui conotação diferente para homens e mulheres. Segundo McGoldrick(1995) para os homens família e casamento possuem papel complementar e mutuamente apoiador, sendo um lugar de “refúgio” e cuidado. Já para as mulheres essa é uma parceria que traz exigências conflitantes e embora o trabalho possa oferecer bem estar psicológico para elas, há nessa escolha o conflito entre trabalhar fora ou cuidar da família. Resultados de pesquisa de Rocha-Coutinho (2007) sobre família e emprego sugerem a manutenção do tradicional papel de homem e mulher no âmbito familiar, em que a mulher possui papel complementar na renda familiar, ainda que possua salário igual ou superior ao do cônjuge, e o homem possui papel complementar nas tarefas domésticas, além disso, ainda é considerado o principal provedor da família. Essa constatação remete aos estudos de Cerveny (2007) sobre a família em movimento, embora a família contemporânea seja resultado das modificações, ainda permanecem resquícios da família tradicional.

### ***Família e emprego: mudanças e repercussões na vida conjugal***

Embora a família moderna não seja mais a mesma, algumas características da família tradicional permanecem no imaginário social, como a ideia de marido provedor e esposa cuidadora do lar e da prole. Porém, o lugar de esposa, cuidadora do lar e da prole já não corresponde mais aos anseios da mulher dita moderna. Para Carter & McGoldrick (1995) “o tradicional papel de ‘esposa’ significa um baixo *status*, nenhuma renda pessoal e muito trabalho para as mulheres, e, de modo típico, não atende às

suas necessidades de conforto emocional” (p.18). Assim, elas buscam cada vez mais espaço no mundo profissional, ocupando cada vez mais lugares que até então eram exclusividade dos homens. Além disso, reivindicam cada vez mais por igualdade, buscando os mesmos direitos dos homens, tendo-os garantidos na forma de Lei. Embora estejam longe de alcançarem a almejada igualdade, elas passam a ocupar cada vez mais o espaço fora do âmbito familiar. Porém, ainda não abdicaram das responsabilidades referentes ao lar, ansiando por compartilhamento de tarefas com o parceiro, também nesse espaço.

Mesmo com todas as mudanças, as esposas ainda possuem a função de dar suporte emocional, sendo as principais responsáveis pelos cuidados com o lar e com a prole, passando, muitas vezes, a terem dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, ainda versa sobre elas, a responsabilidade de administração do lar, seja dando suporte afetivo ou com os cuidados domésticos. Embora a independência econômica possa ser importante na promoção da autoestima das mulheres, o trabalho feminino extra lar tem implicações significativas nas relações familiares tradicionais, sobretudo, no relacionamento conjugal. Embora o discurso emergente seja o de igualdade entre os gêneros, ainda permanece no imaginário, tanto de homens quanto de mulheres, a crença de que as responsabilidades referentes ao lar, especialmente cuidar dos filhos, são da mulher e ao homem cabe prover a família, sendo o principal responsável pelo provimento financeiro. Tais ideias corroboram resultados de pesquisas sobre família e emprego de Rocha-Coutinho (2007).

Para Féres-Carneiro (2001), na conjugalidade está imersa duas individualidades, sendo um dos desafios para o casal contemporâneo, a capacidade de conciliar individualidade e conjugalidade, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia entre os cônjuges. Nesse sentido, a conjugalidade envolve sentimentos ambivalentes e por vezes, contraditórios, onde amor e ódio podem se alternar no relacionamento, exigindo maturidade emocional dos membros do casal. Com isso, é preciso que ambos os cônjuges possuam a capacidade de vivenciar a individualidade no casamento, sem estarem assim ‘colados’ e dependentes. Assim, cabe aos cônjuges conciliarem os desejos e projetos individuais com a vida conjugal e familiar, promovendo assim ambiente suficientemente bom para a promoção de saúde emocional dos membros do casal e da família.

Em resultados preliminares da pesquisa que estamos realizando (ainda em processo de análise), os sujeitos discorrem sobre a percepção que possuem sobre o

casamento dos pais, relacionando-o ao próprio casamento. No discurso desses sujeitos emerge características do casamento tradicional como uma marca do casamento dos pais. A família de origem funcionava sob os moldes tradicionais, com mãe do lar e pai provedor, sendo a mulher a principal responsável por assumir a administração do ambiente familiar e os cuidados com os filhos. O pai era o principal provedor, responsável pelo sustento da casa, era ele quem tomava as decisões, sendo considerado o Senhor do lar e a mãe era submissa em relação ao pai. Tais fatos remetem às relações de poder presente na família patriarcal, em que o homem era o detentor das ordens e o líder absoluto de todas as decisões referentes à família e à mulher restava respeitar as decisões do marido. A assimetria de poder, hierarquia bem estabelecida e hegemonia masculina presentes no patriarcado define, nessas relações, a inferioridade feminina.

Esse modelo patriarcal, patricentrado, sofre modificações e a partir da metade do séc. XIX, a mãe passa também a ser veículo de transmissão psíquica e carnal, o que foi nomeado por Roudinesco (2002) como a irrupção do feminino, trazendo a possibilidade de feminilização do corpo social. Então, o patriarcado passa a disputar forças com o matriarcado e a regra de filiação patrilinear passa a ser também matrilinear. Este fato demarca mais uma das mudanças nos modos como se davam as relações sociais e de forma mais íntima, as relações conjugais. O patriarcado fundado na autoridade paterna e o matriarcado fundado no poder das mães possuíam a função de sexualização do laço social. Com isso imprimem na história da família duas formas de dominação econômica e psíquica que trazem em seu bojo contradições, dualismo, além das diferenças sexuais e de gênero, apresentando o paternalocentrismo de um lado, que é o exercício do poder paterno – masculino no centro das relações e o maternalocentrismo de outro, que é o poder materno, feminino no centro das relações. Em um tem se a liderança masculina, com o homem ocupando lugar de condutor da família e do outro tem se a figura feminina, com a mulher ocupando status de referência. O patriarcado era, na verdade, a ordem familiar econômico-burguesa fundamentada essencialmente na autoridade do marido, subordinação da esposa e dependência dos filhos. Porém, a maternidade é um privilégio feminino, o que insere a mulher em lugar de destaque no que se refere à gerar filhos. À mulher da época cabia a maternidade, o que permitia assim um lugar diferenciado no corpo social, o de mãe. Porém, com as transformações sociais esse lugar também sofreu modificações e a invenção dos métodos contraceptivos

possibilitou à mulher escolher entre gerar ou não filhos e até mesmo o de postergação desse momento.

Com os adventos da emancipação feminina, somado à invenção dos métodos contraceptivos surge a possibilidade de controle sobre a natalidade e a mulher passa a pleitear um pouco mais de autonomia. Além disso, ampliam-se as possibilidades para a vivência da sexualidade desassociada da procriação/ maternidade. As mudanças sociais repercutiram na natureza do casamento, regido pela indissolubilidade da família e pacto divino. Se antes era um pacto, o casamento passa a ser um contrato livre entre homem e mulher, tendo como princípio norteador o amor, assim será eterno enquanto este durar. A probabilidade de separação passa então a existir, se o amor acaba também acaba o laço que mantém o casamento. O status de submissão da esposa e homem provedor passa a se dar por consentimento mútuo.

Atualmente, o casamento possui função de complementaridade. A luta de classes entre homens e mulheres, com inferioridade destas em detrimento da superioridade e poder masculino tem sido cada vez mais questionados, com a busca por relações mais igualitárias. Diante disso, os filhos (sujeitos da pesquisa) buscam fazer diferente em seu casamento e tendem a se relacionar de forma mais igualitária, com funções mais bem distribuídas entre os cônjuges. Ao relacionar com o próprio casamento, alguns sujeitos da nossa pesquisa enfatizam as diferenças em relação às obrigações no âmbito familiar, onde há compartilhamento de tarefas e das responsabilidades do casal. Eles enfatizam também a demonstração de carinho, respeito, tolerância, expressão de sentimentos, compreensão e diálogo entre os membros do casal, o que não percebiam no casamento dos pais. Segundo eles, ambos os cônjuges trabalham e buscam ascensão profissional, ao mesmo tempo em que precisam se dividir em relação aos cuidados com o lar e com a prole. Por outro lado, embora percebam poucos pontos positivos no casamento dos pais, alguns sujeitos se veem repetindo determinadas posturas similares às deles. Tal fato remete aos resultados de estudos de Cerveny (2007), em que a família mudou, mas permanecem algumas posturas similares às da família tradicional.

### ***Considerações Finais***

Com base nisso, podemos perceber que a partir da revolução feminista e com a conquista das mulheres de direitos no âmbito público emergiram mudanças na dinâmica familiar, afrouxando os laços com os modos interacionais da família tradicional. A mulher que formou família tornou-se esposa, mãe, provedora do lar, em parte ou total, e em muitos casos, somado a isto ainda permanece como administradora do lar. Assim, na busca por equidade, principalmente no mercado de trabalho, ela conquistou o direito de ter independência financeira, mas também dupla jornada de trabalho. O acúmulo inimaginável de responsabilidades e consequente sobrecarga de funções trazem junto a fantasia ou talvez o desejo feminino por compartilhamento dos afazeres domésticos com o cônjuge. Os homens, por sua vez, também precisam se organizar diante das mudanças, por vezes enfrentando o machismo socialmente inculcado e arraigado. As mudanças no universo feminino também afetam seus parceiros, sendo importante comunicação clara e eficaz na interação conjugal, evitando assim a maximização de conflitos. Ambos são corresponsáveis pelo desenvolvimento emocional saudável dos filhos e possuem a missão de promover boa saúde emocional no ambiente conjugal e familiar.

Diante disso, as mulheres conquistaram o espaço público, as funções que pertenciam unicamente aos homens, atualmente pode ser, e até o é, exercida por elas. Porém, elas não abdicaram do espaço privado. Espaço este que, até então, não pertenceu inteiramente ao universo masculino. A barreira entre público e privado que na família tradicional era muito bem estabelecida, tornou-se maleável e “batuque na cozinha” era coisa para mulher, seja ela esposa, doméstica, babá ou qualquer outra figura feminina tem sentido, ainda que forma tímida, essas transformações. Concomitantemente, a intimidade tem se transformado e o convite à exposição da vida privada e o culto cada vez maior à individualidade tem influenciado na forma como se dá a construção do casal contemporâneo, sendo um desafio para homens e mulheres conciliarem desejos, crenças, autonomia, individualidade e conjugalidade.



Os filhos, que são de origem de família patriarcal têm buscado se adaptarem às transformações sociais, dividindo as responsabilidades no âmbito familiar, além de promoverem ambiente com maior manifestação de afeto.

**Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Zigman. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CARTER, Betty. & MCGOLDRICK, Mônica. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Família em Movimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In.: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: NAU, 2001, p.67-80.

GIDDENS, Antony. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: La Haye, 1968.

LEVY, L. & GOMES, I. C. Relações amorosas: rupturas e elaborações. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v.43.1, p.45-57, 2011

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In.: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. *Família e Casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 157-180.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VALE DE ALMEIDA, M. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 95 (1996), 161-190.